

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	59
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	357.547.216
Preferenciais	357.547.216
Total	715.094.432
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.427.600	2.408.156
1.01	Ativo Circulante	344.619	362.635
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.417	25.124
1.01.02	Aplicações Financeiras	80.893	105.194
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	80.893	105.194
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	80.893	105.194
1.01.03	Contas a Receber	209.215	194.107
1.01.03.01	Clientes	140.076	133.759
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	69.139	60.348
1.01.04	Estoques	27.196	28.434
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.898	9.776
1.01.08.03	Outros	9.898	9.776
1.02	Ativo Não Circulante	2.082.981	2.045.521
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	166.454	154.743
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.372	19.387
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	19.372	19.387
1.02.01.03	Contas a Receber	6.254	6.517
1.02.01.03.01	Clientes	6.254	6.517
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	140.828	128.839
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	72.436	69.217
1.02.01.09.04	Ativo Fiscal Diferido	29.730	27.989
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro	38.662	31.633
1.02.02	Investimentos	304	304
1.02.02.01	Participações Societárias	304	304
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	304	304
1.02.03	Imobilizado	495.103	450.702
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.182	30.714
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	462.921	419.988
1.02.04	Intangível	1.421.120	1.439.772
1.02.04.01	Intangíveis	1.421.120	1.439.772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.427.600	2.408.156
2.01	Passivo Circulante	217.504	206.862
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.137	38.613
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.171	11.141
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.966	27.472
2.01.02	Fornecedores	37.807	33.207
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	37.807	33.207
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.010	36.832
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.496	36.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24.322	17.730
2.01.03.01.02	REFIS	12.100	12.020
2.01.03.01.03	COFINS	4.560	4.948
2.01.03.01.04	Outros	1.514	1.590
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	514	544
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.212	40.503
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	43.212	40.503
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.988	39.388
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.224	1.115
2.01.05	Outras Obrigações	40.823	43.755
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.110	20.945
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	22.110	20.945
2.01.05.02	Outros	18.713	22.810
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.818	16.818
2.01.05.02.04	Participações Estatutárias	26	26
2.01.05.02.05	Cartão Cooperativo do Banco do Brasil	0	4.305
2.01.05.02.06	Outros	1.869	1.661
2.01.06	Provisões	13.515	13.952
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.515	13.952
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	13.515	13.952
2.02	Passivo Não Circulante	923.816	922.918
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	454.574	449.133
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	454.574	449.133
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	341.368	343.836
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	113.206	105.297
2.02.02	Outras Obrigações	164.712	168.294
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	89.816	91.933
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	89.816	91.933
2.02.02.02	Outros	74.896	76.361
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	56.142	57.608
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.678	18.678
2.02.02.02.05	Outros	76	75
2.02.03	Tributos Diferidos	199.000	200.564
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	199.000	200.564
2.02.04	Provisões	105.530	104.927
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105.530	104.927
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	128	128

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.225	19.370
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	57.052	59.513
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	28.125	25.916
2.03	Patrimônio Líquido	1.286.280	1.278.376
2.03.01	Capital Social Realizado	842.267	842.267
2.03.02	Reservas de Capital	35.408	35.408
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	35.408	35.408
2.03.03	Reservas de Reavaliação	99.942	100.807
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	99.942	100.807
2.03.04	Reservas de Lucros	152.277	152.277
2.03.04.01	Reserva Legal	9.966	9.966
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	135.018	135.018
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	7.293	7.293
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.266	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	146.120	147.617

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.324	188.308
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.992	-66.056
3.03	Resultado Bruto	110.332	122.252
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.598	-89.494
3.04.01	Despesas com Vendas	-18.443	-13.395
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.276	-70.006
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.418	1.605
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.297	-7.698
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.734	32.758
3.06	Resultado Financeiro	-23.673	-10.979
3.06.01	Receitas Financeiras	4.969	4.064
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.642	-15.043
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.061	21.779
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.707	-22.029
3.08.01	Corrente	-7.012	-9.920
3.08.02	Diferido	3.305	-12.109
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.354	-250
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.354	-250
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	10.354	-250
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.354	-250

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.046	24.971
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.301	-4.101
6.01.01.01	Contas a Receber de Clientes	-6.053	-3.852
6.01.01.02	Lucro do Exercício	10.354	-249
6.01.03	Outros	745	29.072
6.01.03.01	Amortizações e Depreciações	17.020	24.899
6.01.03.02	Alienação do Imobilizado	0	12
6.01.03.03	Provisão para Contingências	3.064	5.326
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-3.305	12.109
6.01.03.06	Estoques	1.238	-4.410
6.01.03.07	Impostos e Contribuições a Recolher	4.711	-25.598
6.01.03.08	Salários e Encargos	524	-5.417
6.01.03.09	Contas a Pagar de Fornecedores	4.600	11.849
6.01.03.10	Ativo Financeiro	-7.029	2.935
6.01.03.11	Depósitos Judiciais	-3.220	-2.113
6.01.03.12	Partes Relacionadas	-1.073	-1.078
6.01.03.13	Impostos e Contribuições a Recuperar	-8.385	20.246
6.01.03.14	Convênios com Prefeituras	625	-1.198
6.01.03.15	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-2.899	-3.162
6.01.03.16	Plano Previdenciário	0	-98
6.01.03.17	Cartão Corporativo - Banco do Brasil	-4.305	-4.424
6.01.03.20	Outros	-821	-806
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.453	-48.236
6.02.01	Adições do Imobilizado e Intangível	-52.255	-26.872
6.02.02	Retorno Imobilizado/Intangível devido a Municipalização	0	-17.234
6.02.03	Baixa Imobilizado/Intangível devido a Municipalização	9.486	0
6.02.04	Aplicações Financeiras	24.316	-4.130
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.700	24.803
6.03.01	Financiamentos Obtidos	20.226	37.146
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-12.076	-18.255
6.03.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-2.615	-2.416
6.03.07	Compensação de INSS de Exercícios anteriores	0	211
6.03.10	Retorno dos Municípios de Porto Belo e Içara	0	8.245
6.03.11	Outros Ajustes	165	-128
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.707	1.538
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.124	18.786
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.417	20.324

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	135.018	52.667	0	248.424	1.278.376
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	135.018	52.667	0	248.424	1.278.376
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.354	0	10.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.354	0	10.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-88	-2.362	-2.450
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.310	-1.310	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.563	1.563	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-2.615	-2.615
5.06.05	Outros Ajustes	0	0	0	165	0	165
5.07	Saldos Finais	842.267	135.018	52.667	10.266	246.062	1.286.280

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	38.296	84.565	0	255.148	1.220.276
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	38.296	84.565	0	255.148	1.220.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-249	0	-249
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-249	0	-249
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-3.292	9.203	5.911
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.310	-1.310	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.563	1.563	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-2.416	-2.416
5.06.05	Baixas de Ativos	0	0	0	9	-9	0
5.06.06	Retorno dos Municípios de Portp Belo e Içara	0	0	0	-3.130	11.375	8.245
5.06.07	Compensação de INSS/Outros Ajustes	0	0	0	82	0	82
5.07	Saldos Finais	842.267	38.296	84.565	-3.541	264.351	1.225.938

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	206.785	199.730
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	215.791	207.713
7.01.02	Outras Receitas	-3.878	-4.784
7.01.02.01	Outras Receitas(Despesas) Operacionais	-3.878	-4.784
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.128	-3.199
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-67.442	-73.636
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.729	-16.185
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.035	-55.638
7.02.04	Outros	-3.678	-1.813
7.03	Valor Adicionado Bruto	139.343	126.094
7.04	Retenções	-15.932	-15.721
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.932	-15.721
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	123.411	110.373
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.969	4.065
7.06.02	Receitas Financeiras	4.969	4.065
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.380	114.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.380	114.438
7.08.01	Pessoal	53.208	45.639
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.917	33.272
7.08.01.02	Benefícios	10.826	9.218
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.016	2.562
7.08.01.04	Outros	449	587
7.08.01.04.01	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	449	587
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.176	54.005
7.08.02.01	Federais	35.851	53.297
7.08.02.02	Estaduais	324	708
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.642	15.043
7.08.03.01	Juros	28.023	14.846
7.08.03.03	Outras	619	197
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	300	127
7.08.03.03.02	Outras Despesas de Financiamentos	319	70
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.354	-249
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	-249

Comentário do Desempenho

1- INTRODUÇÃO

No primeiro trimestre de 2015, apesar das dificuldades econômico-financeiras de nosso estado e do país, a atual diretoria da CASAN envidou todos os esforços com o objetivo de sanear a Companhia e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida da população catarinense.

Além das obras de implantação/ampliação e melhorias operacionais nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vem implementando uma série de atividades visando o mercado competitivo.

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Discriminação	mar/15	Dez/14	incremento
Ligações de Água	755.895	750.656	5.239
Ligações de Esgoto	71.451	71.022	429
Economias de Água	1.068.816	1.059.274	9.542
Economias de Esgoto	205.754	204.771	983
Pop. Abast. c/Água	2.823.559	2.753.657	69.902
Índice de Abast. de Água (%)	99,48%	97,45%	2,03%
Pop. Atendida c/Esgoto	496.755	493.092	3.663
Índice de Abast. de Esgoto (%)	18%	18%	0,00%
Localidades Abastecidas c/Água	320	320	-
Localidades Abastecidas c/Esgoto	20	20	-
Número de Empregados	2.504	2.500	4
Ligações (A+E) Empregados	330,41	328,67	2
Desp. Pessoal/Receita operacional	29,75%	32,50%	-2,75%

3. INVESTIMENTOS

A preocupação com o atendimento à população do Estado, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários levou a Companhia a investir no 1º trimestre em infra-estrutura o montante de R\$52,2 milhões.

4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE

ATIVO E PASSIVO

Ativo Circulante

Apresentou um decréscimo de 4,9681% em relação a 31 de dezembro de 2014, ocorreram nas contas caixa e Aplicações Financeiras.

Ativo não Circulante - Investimentos

O acréscimo verificado no intangível da CASAN em relação a 31 de dezembro de 2014, decorre dos investimentos efetuados até março de 2015, no montante de R\$52,2 milhões, sendo R\$9,2 milhões em imobilizado e intangível e R\$43,0 milhões em obras em andamento.

Passivo Circulante

Houve um acréscimo de 5.1444% no passivo circulante da CASAN, em relação a 31 de dezembro de 2014, ocorreu nas contas fornecedores, empréstimos e impostos e contribuições a recolher.

Comentário do Desempenho

Passivo não Circulante

O acréscimo de 0,0972% verificado no exigível a longo prazo da CASAN, em relação a 31 de dezembro de 2014, ocorreu nas contas empréstimos e provisão para contingências.

RESULTADO

Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O acréscimo de 28.6671% nos custos de operação e manutenção ocorrido no 1º trimestre de 2015, em relação ao mesmo período do ano anterior, é proveniente das contas de Pessoal, Energia Elétrica, Locação de Bens Móveis, Serviços de Operação de Sistema e Serviços Técnicos Profissionais.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no 1º trimestre de 2015 apresentaram um acréscimo de 37,6891% em comparação com igual período do ano anterior, refere-se as contas de Pessoal, Serviço de Cadastro, Leitura de Hidrômetro e Entrega de Faturas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no 1º trimestre de 2015, apresentaram um decréscimo de 28,1829% na conta de Fundos para Programas Municipais.

Despesas Financeiras

O acréscimo de 90,4015% nas despesas financeiras do trimestre em comparação com o 1º período do ano anterior, consequência das despesas com juros de financiamentos.

Receitas Financeiras

O acréscimo de 22,2440% nas receitas financeiras no 1º trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorrência de aumento na conta de Ganhos com Aplicações Financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica;
- i) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares, e;
- j) Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de março de 2015 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 199 municípios no Estado de Santa Catarina e 02 distritos, e sendo 1 distrito no Estado do Paraná (198 municípios e 02 distritos, e sendo 1 distrito no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2014. Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

A Companhia possui até a presente data 12(doze) Contratos de Programa assinados com os Municípios de Barra Velha, Biguaçu, Braço do Norte, Canoinhas, Criciúma, Curitibaanos, Forquilha, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Laguna e Rio do Sul, estando em fase de negociação com os demais, conforme determina a Lei 11.445/07.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Dos 199 municípios e 2 distritos, 178 encontram-se com o contratos de concessão vigentes, 17 com os contratos de concessão vencidos e 06 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Número de municípios</u>	<u>Ano de vencimento</u>	<u>Número de municípios</u>
2015	3	2031	4
2016	6	2032	4
2017	1	2033	0
2018	2	2034	7
2019	4	2035	4
2020	3	2036	21
2021	4	2037	2
2022	6	2038	2
2023	9	2039	4
2024	12	2040	5
2025	3	2041	3
2026	4	2042	12
2027	3	2043	11
2028	13	2044	6
2029	6	2045	1
2030	13		

Total de Municípios 178

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foram autorizadas pelo Conselho Fiscal em 14 de maio de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- b.1. os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 13 - Ativo fiscal diferido

Nota 14 - Imobilizado e Intangível

Nota 19 - Provisão para contingências

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

b.3. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PASEP e COFINS, utilizando o regime de competência sobre as diferenças resultantes da base de cálculo de faturamento para entidades governamentais, que são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de março de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

- c. Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	31 de março de 2015 Contábil	31 de março de 2015 Mercado	31 de dezembro de 2014 Contábil	31 de dezembro de 2014 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	17.417	17.417	25.124	25.124
Títulos e Valores Mobiliários	100.265	100.265	124.581	124.581
Contas a Receber (líquido de PDD)	148.667	148.667	142.534	142.534
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(485.420)	(485.420)	(487.280)	(487.280)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(114.430)	(114.430)	(106.412)	(106.412)

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 31 de março de 2015.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de março de 2015 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	180.765	35.026	215.791
Deduções da receita bruta	<u>(17.140)</u>	<u>(3.327)</u>	<u>(20.467)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	163.625	31.699	195.324
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			<u>(69.698)</u>
Lucro bruto			125.626
Depreciação e amortização total			(15.932)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(68.081)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			<u>(3.879)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			<u><u>37.734</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de março de 2014 são as seguintes:

	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Total na demonstração de resultado</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	174.751	32.962	207.713
Deduções da receita bruta	<u>(16.327)</u>	<u>(3.078)</u>	<u>(19.405)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	158.424	29.884	188.308
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			<u>(50.798)</u>
Lucro bruto			137.510
Depreciação e amortização			(15.721)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(82.938)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			<u>(6.093)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			<u><u>32.758</u></u>

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Imobilizado	32.182	30.714
Obras em andamento	447.367	404.883
Ativo intangível	1.421.120	1.439.772
Estoques de Obras	<u>15.554</u>	<u>15.105</u>
Ativos dos segmentos reportados	<u>1.916.223</u>	<u>1.890.474</u>
Total do ativo circulante	344.619	362.635
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	6.254	6.517
Ativo financeiro	38.662	31.633
Depósitos judiciais	72.436	69.217
Investimentos	304	304
Títulos e valores mobiliários	19.372	19.387
Ativo fiscal diferido	<u>29.730</u>	<u>27.989</u>
Ativo total, conforme balanço patrimonial	<u><u>2.427.600</u></u>	<u><u>2.408.156</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Metropolitana	70.757	66.857
Sul/Serra	32.611	33.075
Oeste	41.211	39.674
Norte/Vale	36.186	35.145
Total	<u>180.765</u>	<u>174.751</u>

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Metropolitana	27.137	25.618
Sul/Serra	4.029	3.780
Oeste	3.860	3.564
Norte/Vale	-	-
Total	<u>35.026</u>	<u>32.962</u>

Receita Operacional por Município: Água

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Florianópolis	41.094	39.596
Chapecó	9.571	9.129
Criciúma	12.113	11.780
Rio do Sul	4.485	4.711
São José	16.640	15.089
Outros	96.862	94.446
Total	<u>180.765</u>	<u>174.751</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Florianópolis	21.754	20.721
Chapecó	3.423	3.146
Criciúma	2.999	2.810
São José	4.725	4.269
Outros	2.125	2.016
Total	35.026	32.962

Resumo dos custos e despesas

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Despesas		
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	84.992	66.056
Vendas	18.443	13.395
Gerais e Administrativas	20.276	70.006
Total	123.711	149.457

Resumo das receitas

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receitas		
Água	180.765	174.751
Esgoto	35.026	32.962
Total	215.791	207.713

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Bens numerários	32	12
Bancos conta movimento	264	564
Bancos conta arrecadação	10.871	18.422
Bancos conta vinculada	6.250	6.126
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>17.417</u>	<u>25.124</u>

8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de março de 2015, o montante de R\$100.265 (R\$124.581 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas.

Em 14 de setembro 2012 o Banco Central do Brasil decretou a intervenção extrajudicial do Banco Prosper.

Nesta data a Companhia mantém, em aplicação financeira, na forma de Certificado de Depósito Bancário - CDB, naquela instituição, a importância de R\$7.716.

Trata-se de valores cedidos fiduciariamente pela Companhia, quando da emissão de Cédulas de Crédito Bancário - CCB's, negociados junto ao mercado de capitais pelo Banco Prosper em 2009 e 2010, conforme nota explicativa nº15.

Visto que os valores aplicados no Banco Prosper em Liquidação Extrajudicial, são tratadas pelos Credores das CCB's como garantias cedidas, estamos promovendo a substituição e liberação da garantia para poder ingressar judicialmente para recuperação do ativo junto à massa liquidanda.

Até a presente data a Companhia não recebeu o seguro do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, que assegura o ressarcimento em até R\$70.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante		
Consumidores finais	112.939	100.111
Entidades públicas	31.446	30.562
Consumo a faturar	34.654	39.993
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	<u>(38.963)</u>	<u>(36.907)</u>
Total Circulante	<u>140.076</u>	<u>133.759</u>
Não circulante		
Consumidores finais	5.367	5.591
Entidades públicas	887	926
Créditos reconhecidos como perdas	116.033	112.959
(-) Perdas reconhecidas	<u>(116.033)</u>	<u>(112.959)</u>
Total Não circulante	<u>6.254</u>	<u>6.517</u>
Total Contas a Receber de Clientes	<u><u>146.330</u></u>	<u><u>140.276</u></u>

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de março de 2015, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	>90 dias e < 180 dias	>180 dias e < 720 dias	< 720 dias	Total
Comercial	14.616	3.770	883	4.177	11.821	35.267
Industrial	2.064	588	117	346	3.236	6.351
Pública	6.967	2.924	3.440	17.909	53.119	84.359
Residencial	60.442	20.281	4.567	18.183	47.857	151.330
Consumo a faturar	34.654	-	-	-	-	34.654
	<u>118.743</u>	<u>27.563</u>	<u>9.007</u>	<u>40.615</u>	<u>116.033</u>	<u>311.862</u>
PCLD	-	-	-	<u>(40.615)</u>	<u>(116.033)</u>	<u>(156.549)t</u>
Total Contas a Receber	<u><u>118.743</u></u>	<u><u>27.563</u></u>	<u><u>9.007</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>155.313</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

- a) O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº028 de 30 de junho de 2014 da AGESAN - Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina, deliberação nº 009/2014 da ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e Procedimento Administrativo nº 10/2014 da AGIR -Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 7,15% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos faturados a partir de 01 de agosto de 2014.
- b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes. São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de março de 2015 a conta apresenta um saldo de R\$9.242 (R\$17.681 em 31 de dezembro de 2014); do valor apresentado nessa conta, R\$9.949 (R\$18.312 em 31 de dezembro de 2014) são depósitos judiciais efetuados pelo Município de Palhoça, para cumprimento de ação judicial 045.08.000501-7, onde a Companhia está questionando os valores do fornecimento de água para aquela localidade.

Como a Companhia recebe os valores via alvará judicial, e no mesmo não há identificação das faturas, o sistema comercial não consegue dar baixa na rubrica de Contas a Receber de Clientes.

10 ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Materiais em almoxarifado	26.835	27.274
Materiais em poder de terceiros	55	55
Materiais em Trânsito	251	134
Outros	55	971
Total Estoques	<u>27.196</u>	<u>28.434</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

11 OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Convênios com prefeituras	17.450	18.075
Adiantamentos a empregados	3.193	1.973
Cauções	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.298	1.485
Impostos a recuperar	46.092	37.707
Outros créditos	861	863
Total	69.139	60.348

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12 ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Saldo Contábil antes do ajuste</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos</u>	<u>Ajustes em 2011 a 2014</u>	<u>Saldo Contábil em 31/03/2015</u>
Balneário Gaivotas	691	138	3	552	553
Campo Alegre	409	82	3	328	327
Canelinha	569	142	3	711	427
Capivari de Baixo	85	17	3	68	68
Corupá	426	107	3	534	320
Garuva	375	75	3	193	300
Guaramirim	970	970	3	7.758	-
Imbituba	22.545	2.217	1	2.217	22.545
Itapoá	313	313	3	2.506	-
Massaranduba	537	107	3	429	429
Meleiro	145	48	3	289	97
Palhoça	1.574	1.574	3	12.592	-
Penha	4.752	792	3	2.376	3.960
Praia Grande	860	123	2	246	737
Presidente Getúlio	746	186	3	931	559
São Francisco do Sul	5.620	803	2	1.606	4.817
São José do Cedro	3.585	448	1	448	3.137
Schroeder	172	172	3	1.379	-
Sombrio	435	435	3	3.478	-
Três Barras	482	97	3	387	386
Total	45.291	8.846		39.028	38.662

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de março de 2015	Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de março de 2015
Tubarão	17.000	Camboriú	7.000
Balneário Gaivota	2.420	Navegantes	6.000
Campo Alegre	1.879	Içara	15.000
Canelinha	4.094	Balneário Camboriú	40.000
Capivari de Baixo	955	Schroeder	2.000
Corupá	3.982	Sombrio	2.594
Fraiburgo	2.200	São Francisco do Sul	7.047
Guaramirim	6.535	Barra Velha	6.000
Itapoá	3.469	Itajaí	30.000
Imbituba	25.037	Joinville	135.000
Massaranduba	2.486	Papanduva	800
Meleiro	571	Três Barras	2.281
Palhoça	10.000	Timbó	5.000
Penha	8.896	Itapema	4.000
Praia Grande	1.078	São José do Cedro	3.584
Presidente Getúlio	4.536	Lages	110.000
Porto Belo	19.852	Garuva	475
João Batista	1.900		
Total de Indenizações			<u>493.671</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

13 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de março de 2015 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	31 de	31 de
				março de 2015	dezembro de 2014
				Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.963	9.741	3.507	13.247	12.549
Programa de demissão incentivada	-	-	-	-	-
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências cíveis	28.125	7.031	2.531	9.563	8.811
Provisão para contingências trabalhistas	20.224	5.056	1.820	6.876	6.585
	<u>87.441</u>	<u>21.860</u>	<u>7.870</u>	<u>29.730</u>	<u>27.989</u>
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				<u>29.730</u>	<u>27.989</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Obrigações previdenciárias	Provisão p/devedores duvidosos	Total
Em 01 de janeiro de 2014	47.218	15.672	11.364	74.254
Creditado à demonstração do resultado	<u>(31.778)</u>	<u>(15.672)</u>	<u>1.185</u>	<u>(46.265)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	15.440	-	12.549	27.989
Creditado à demonstração do resultado	<u>1.043</u>	<u>-</u>	<u>698</u>	<u>1.741</u>
Em 31 de março de 2015	<u>16.483</u>	<u>-</u>	<u>13.247</u>	<u>29.730</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de março de 2015 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Ativos Administrativos e Intangível por segmento:

	31 de dezembro de 2014	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Municipalizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de março de 2015
	Líquido				Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição	826.965	(8.002)	(9.486)	5.933	815.410
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	612.807	(8.353)		1.256	605.710
Bens de Uso Administrativo	30.714	(664)		2.132	32.182
Total	<u>1.470.486</u>	<u>(17.019)</u>	<u>(9.486)</u>	<u>9.321</u>	<u>1.453.302</u>

b) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Água		
Produção	54.386	50.437
Distribuição	53.393	47.505
Projetos e obras de operação Imediata	14.877	12.415
Total Água	122.656	110.357
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final	198.489	181.238
Estudos e projetos em elaboração	91.109	81.095
Projetos e obras de operação Imediata	95	95
Total Esgoto	289.693	262.428
Projetos e obras administrativas	28.726	26.203
Estoques de obras e adiantamentos a terceiros	21.846	21.000
Total Obras em Andamento	<u>462.921</u>	<u>419.988</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo da reavaliação	790.845	795.698
Tributos sobre a reavaliação	(199.000)	(200.564)
Saldo da reserva de reavaliação	<u>591.845</u>	<u>595.134</u>

- c) Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.069	(4.734)	11.335	11.444
Concórdia	22.529	(7.982)	14.547	14.629
Chapecó	177.678	(39.785)	137.893	139.103
Criciúma	217.439	(49.457)	167.982	169.831
Curitibanos	17.669	(7.239)	10.430	10.314
Florianópolis	871.591	(297.473)	574.118	578.171
Gravatal	15.464	(6.994)	8.470	8.574
Laguna	18.961	(5.774)	13.187	13.250
Rio do Sul	24.299	(8.342)	15.957	15.012
Santo Amaro da Imperatriz	17.691	(5.674)	12.017	12.133
São Joaquim	60.843	(8.741)	52.102	52.454
São José	115.022	(41.735)	73.287	73.684
São Miguel do Oeste	28.919	(8.071)	20.848	21.011
Siderópolis	79.020	(22.584)	56.436	57.011
Outros	<u>426.998</u>	<u>(174.487)</u>	<u>252.511</u>	<u>263.151</u>
Total	<u>2.110.192</u>	<u>(689.072)</u>	<u>1.421.120</u>	<u>1.439.772</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Depreciação

As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

<u>Imobilizado</u>	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>		<u>Encargos incidentes</u>
	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	-	-	86.142	80.675	7,22% a.a. .+ var.cambial
Japan International Cooperation Agency - JICA	-	-	25.877	23.510	1,20% a.a.
Kreditanstalt Für Wiederaufbau KFW	1.224	1.115	1.187	1.112	4,5% a.a.+ var.cambial
Total Operações no exterior	1.224	1.115	113.206	105.297	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras	1.377	1.197	57.158	50.876	9,87% + TR
Fund. Petrobrás de Seguridade Social-Petros	10.000	10.000	3.334	5.834	IPCA+12%a.a.
Postal Inst. Seg. Soc. Dos Correios e Telégrafos	20.000	20.000	27.500	32.500	IPCA+12%a.a.
Banco Prosper S/A	520	520	390	520	IPCA+12%a.a.
FIPECQ Fund. Prev. Empregados FINEP/IPEA/CNPQ/INPE	2.600	2.600	1.733	2.383	IPCA+12%a.a.
Fundação de Previdência dos Empregados da CEB	1.880	1.880	1.253	1.723	IPCA+12%a.a.
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	5.611	3.191	250.000	250.000	
Total Operações no país	41.988	39.388	341.368	343.836	
Total Empréstimos e Financiamentos	43.212	40.503	454.574	449.133	

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, *Japan International Cooperation Agency - JICA e Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW*, foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo 1 Yen equivalente a R\$0,02675 em 31 de março de 2015 (R\$ 0,02223 em 31 de dezembro de 2014) e 1 Euro equivale a R\$3,4457 em 31 de março de 2015 (R\$3,2270 em 31 de dezembro de 2014).

b) Em 31 de março de 2015 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2014).

c) Em 31 de março de 2015 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.

d) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem o seguinte escalonamento:

Ano:	31 de março de 2015
2015	34.473
2016	32.481
2017	37.534
2018	46.998
2019	46.954
Após 2019	299.346
	497.786

Banco Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW) em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos, no valor de DM10.000. O contrato prevê juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho e dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016 e garantia da República Federativa do Brasil.

Japan International Cooperation Agency - JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. Estima-se que o investimento ficará em torno de R\$383.594, sendo R\$273.055 financiados pelo Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN. Até 31 de março de 2015 a Companhia recebeu o montante de R\$25.877. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil e os juros incidentes são de 1,20% a.a.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 31 de março de 2015 a Companhia recebeu o montante R\$86.143.

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

<u>Ano dos contratos:</u>	<u>Vencimentos finais</u>	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
2010	2032	16.657	15.875
2012	2018 a 2036	41.878	36.198
Total		<u>58.535</u>	<u>52.073</u>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Em 05 de junho de 2014 a Companhia realizou quitação de financiamentos junto ao Caixa Econômica Federal para obras de saneamento básico, com vencimentos entre 2014 e 2020, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.

Fundação de Previdência dos Empregados da CEB e outros (Banco Prosper)

Em julho de 2009 a Companhia firmou contrato com o Banco Prosper. A operação conta com prazo de carência de 2 (dois) anos, prazo total de 7 (sete) anos e taxa de juros de aproximadamente 12% ao ano + IPCA.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil; 3,5% do valor do crédito concedido caucionado em aplicação financeira; e 120%, em conta vinculada, do valor atualizado do serviço da dívida.

Em setembro de 2012 o Banco Prosper teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil e desde então a Empresa BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda., interveniente fiduciário das CCBs do Prosper, têm intermediado o pagamento das CCBs diretamente aos credores sendo eles:

- POSTALIS: CCB 340/09 e CCB 253/10

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

- PROSPER: CCB 342/09
- PETROS: CCB 193/09
- FIPECQ: CCB 324/09
- FACEB: CCB 325/09

Assim, desde a liquidação extrajudicial do Banco Prosper, os pagamentos estão sendo efetuados normalmente direto na conta dos credores.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 10 de maio de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou à constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) no valor de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), lastreados com recebíveis da CASAN, com o intuito de garantir o fluxo financeiro necessário a realização de obras de saneamento.

A estruturação e distribuição da operação foram coordenadas pela empresa Planner Trustee DTVM Ltda, em conjunto os seguintes participantes: Administrador/Gestor do Fundo: Caixa Econômica Federal; Gestor: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco do Brasil S.A.; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Agência de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda. (Rating Obtido: Br A); Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Análise da Carteira e Verificador das Condições de Cessão: KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda; EDI (dados): OpenText Corporação (GXS); e Distribuição: Planner Trustee DTVM Ltda e Caixa Econômica Federal.

Em 29 de maio de 2014 foi iniciada as atividade do FIDC CASAN Saneamento, obtendo como resultado a colocação junto ao mercado de capitais de 216.500 cotas sêniores totalizado a capitalização de R\$216.500 (duzentos e dezesseis milhões e quinhentos mil reais). Também foram capitalizadas pela CASAN 6.495 cotas subordinadas, totalizando R\$6.495 (seis milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais), equivalente ao percentual de 3% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A operação autorizada possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da instrução CVM nº 356/2001 (“FIDC”);
- Emissor: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
- Principal: de até R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais);
- Regime de Colocação: Oferta pública de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/2001 sob regime de melhores esforços;
- Data de Vencimento: 120 meses a partir da Data de Emissão (10 anos);
- Atualização do Principal: O Principal será atualizado monetariamente pelo índice de inflação medido pelo IPCA/IBGE;
- Remuneração: 9,0% a.a.;
- Carência do Principal: 36 meses (3 anos);
- Amortização do Principal: 1,1905% do Principal por mês do 37º ao 120º mês;

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

- Periodicidade dos Juros: Juros remuneratórios pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo do Principal Atualizado;
- Cotas Subordinadas: 3% da Operação (adquiridas pela CASAN);
- Garantia: recebíveis arrecadados correspondentes a 2,5 vezes o valor da próxima PMT;
- Índice de Cobertura da Dívida: Devem passar pela conta centralizadora pelo menos 5 vezes o valor da próxima PMT;
- Covenant Financeiro: (Dívida Líquida / EBITDA) inferior ao índice de 4,5.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador; e provisão de férias.

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>		
Provisão para férias com encargos	24.553	21.745
INSS	4.378	4.256
FGTS	1.036	1.471
IR s/folha de pagamento	999	2.024
Plano de saúde e previdência	900	1.503
Consignações	1.642	1.435
Participação em resultados	3.150	3.150
Vale alimentação	1.999	2.654
Outros	480	375
Total Circulante	39.137	38.613

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição em 31 de março de 2015 apresenta os seguintes valores:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>		
. REFIS	12.099	12.020
. COFINS	4.560	4.948
. PIS/PASEP	927	1.011
. Imposto de Renda - retenções	33	43
. Imposto de Renda sobre lucro real	17.589	12.810
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	47	62
. INSS de terceiros	507	474
. Contribuição social sobre lucro real	6.734	4.920
. Outros	514	544
Total circulante	43.010	36.832
<u>Não circulante:</u>		
. REFIS	56.142	57.608
. Imposto de renda e Contribuição Social (Parcelamento)	-	-
Total não circulante	56.142	57.608

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic *overnight* acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>	<u>Amortização com créditos fiscais</u>
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Saldo anterior	12.020	9.105	57.608	62.659
Transferências	2.690	10.273	(2.690)	(10.273)
Consolidação	-	2.551	-	-
Atualizações (TJLP)	60	72	1.224	5.222
Amortizações	(2.671)	(9.981)	-	-
	12.099	12.020	56.142	57.608

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$199.000 em 31 de março de 2015 (R\$200.564 em 31 de dezembro de 2014), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Provisão para contingências fiscais	128	128
Provisão para contingências cíveis	28.125	25.916
Provisão para contingências trabalhistas	20.225	19.370
	<u>48.478</u>	<u>45.414</u>
Depósitos judiciais	<u>(72.436)</u>	<u>(69.217)</u>
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	<u>(23.958)</u>	<u>(23.803)</u>

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, no montante de R\$6.426; ações cíveis públicas R\$10.233 e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia no montante de R\$11.466. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$28.125 em 31 de março de 2015 (R\$25.916 em 31 de dezembro de 2014).

b) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de março de 2015 (idem em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$20.225 em 31 de março de 2015 (R\$19.370 em 31 de dezembro de 2014) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 31 de março de 2015 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$38.532 (idem em R\$38.532 em 31 de dezembro de 2014).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI

Descrição	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>		
PDVI com indenização única	1.236	1.236
PDVI com indenização mensal	12.279	12.716
Total Circulante	13.515	13.952
<u>Não circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	18.520	20.981
Total Não Circulante	18.520	20.981
Total PDVI	32.035	34.933

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Até 31 de março de 2015, foi reconhecido no resultado do exercício, a título de despesas com o PDVI, o montante de R\$449 (R\$3.417 em 31 de dezembro de 2014).

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Visa os empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Visa os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de março de 2015		31 de dezembro de 2014	
Inscritos	813		813	
Processo em tramitação	0		0	
Rescisões para datas futuras	0		0	
Demissões com PDVI	538		538	
Demissões sem PDVI	59		59	
Indeferimento de pedidos	55		55	
Desistência do empregado	161		161	
Número de empregados	2.504		2.500	
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	897	36%	764	31%

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

21 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	10.004	9.670
CODESC	106	106
Total de contas a receber dos acionistas	<u>9.898</u>	<u>9.776</u>

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante :</u>		
CELESC	6.498	5.458
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	<u>9.862</u>	<u>8.822</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	12.248	12.123
<u>Não circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	89.816	91.933
 Total empréstimos a pagar para acionistas	 <u>102.064</u>	 <u>104.056</u>

Resultado das operações com acionistas

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receita bruta de serviços prestados	4.659	4.203
Custos e despesas	(17.961)	(13.773)
Juros de empréstimo com acionista	(2.261)	(1.793)
 Resultado	 <u>(15.563)</u>	 <u>(11.363)</u>

a. Empréstimos a pagar para acionista:

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de março de 2015, nos montantes de R\$12.248 e R\$89.816, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22 RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.678 em 31 de março de 2015 (idem R\$18.678 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2015 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro de 2014). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

<u>Discriminação do capital subscrito:</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>31 de março de 2015</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	<u>8.054</u>	<u>7.801</u>
Total de ações	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

24 RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de março de 2015 em relação a igual período de 2014 estão apresentadas abaixo:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de março de 2014</u>
Tarifas de água	175.831	170.577
Tarifas de esgoto	35.024	32.956
Outras receitas de serviços de água	4.934	4.174
Outras receitas de serviços de esgoto	<u>2</u>	<u>6</u>
Total do faturamento	215.791	207.713
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(20.467)</u>	<u>(19.405)</u>
Total receita líquida	<u>195.324</u>	<u>188.308</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

25 DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Salários e encargos	64.618	55.358
Materiais	10.377	9.973
Serviços de terceiros	45.662	36.161
Gerais e tributárias	5.450	5.151
Depreciações, amortizações e provisões	21.060	18.920
Recomposição de pavimentação	1.711	185
Fundos para programas municipais	4.833	23.708
Total	153.711	149.456

26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Salários	28.132	24.219
Custos previdenciários	12.477	10.708
FGTS	3.016	2.562
Programa de alimentação	5.295	4.092
Programa de saúde	4.120	3.795
Outros benefícios	11.578	9.981
Total	64.618	55.358
Número de empregados	2.504	2.327

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de março de 2015, em relação a igual período de 2014, é assim apresentada:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
<u>Receitas financeiras:</u>		
Descontos obtidos	127	27
Juros ativos	675	542
Rendimento de aplicações financeiras	3.028	2.241
Variações monetárias e cambiais	932	1.090
Outras	207	164
Total Receitas Financeiras	4.969	4.064
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.023)	(14.846)
Variações monetárias e cambiais	(299)	(128)
Multas e acréscimos moratórios	-	(12)
Outras	(320)	(57)
Total Despesas Financeiras	(28.642)	(15.043)
Resultado Financeiro Líquido	<u>(23.673)</u>	<u>(10.979)</u>

28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de março de 2015 substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
<u>Outras receitas operacionais:</u>		
. Pessoal à disposição	923	820
. Indenizações e ressarcimento de despesas	106	224
. Comissão prestação de serviços/convênios	24	5
. Ressarcimento folha de pagamento	354	421
. Recuperação de causas cíveis	-	15
. Vendas de bens do imobilizado	-	114
. Outras	11	21

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014 EM MILHARES DE REAIS

Total Outras Receitas Operacionais	1.418	1.620
<u>Outras despesas operacionais:</u>		
. Baixa de imobilizado	(917)	(12)
. Fiscais e tributárias	(1.317)	(1.309)
. Causas cíveis	(2.208)	(4.710)
. Causas trabalhistas	<u>(855)</u>	<u>(1.682)</u>
Total Outras Despesas Operacionais	(5.297)	(7.713)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	<u>(3.879)</u>	<u>(6.093)</u>

29 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2015 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$14.908. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência e dois caminhões utilizados na operação, cuja cobertura monta R\$1.293. Além disso, a Companhia possui 365 veículos e 24 equipamentos pesados alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

As projeções empresariais apresentadas foram feitas de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos.

- No exercício de 2014, foram aplicados R\$181,5 milhões, em obras de abastecimento de água, de esgoto sanitário, em desenvolvimento institucional, na aquisição de máquinas e equipamentos e na execução de projetos e consultorias.
- No primeiro trimestre de 2015, foram aplicados R\$52,2 dos R\$635,6 milhões previstos para todo exercício, considerando as obras de saneamento a serem iniciadas com recursos a serem obtidos pelos programas CEF, AFD, JICA, BNDES, IFC, OGU e recursos próprios.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ilustríssimos Senhores

Administradores e Acionistas da

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Nesta

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº1, alínea (j), e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Imobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Florianópolis (SC), 13 de maio de 2015.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/0-2

CVM nº 3689

Vilson Miguel Garcia

Lourival Pereira Amorim

Contador CRC/SC 9.744/O-1

Contador CRC/SC 9.914/O-3

